



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**ANDREIA DE SOUSA MOURA**

**O SEMIÁRIDO NORDESTINO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA  
DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**CAJAZEIRAS-PB  
2019**

**ANDREIA DE SOUSA MOURA**

**O SEMIÁRIDO NORDESTINO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA  
DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia da Unidade Acadêmica de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande UFCG, como requisito parcial para a obtenção de título de Licenciada em Geografia.

**Orientador:** Prof. Dr. Rodrigo Bezerra Pessoa.

**CAJAZEIRAS- PB  
2019**

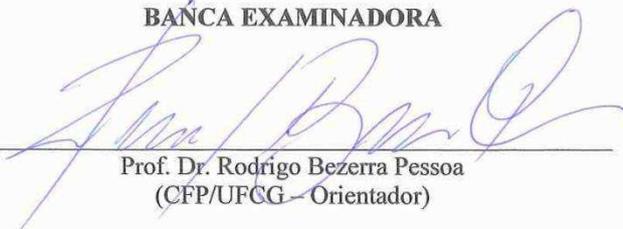
ANDREIA DE SOUSA MOURA

**O SEMIÁRIDO NORDESTINO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA  
DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia da Unidade Acadêmica de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande UFCG, como requisito parcial para a obtenção de título de Licenciado em Geografia.

Aprovada em: 04/07/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Rodrigo Bezerra Pessoa  
(CFP/UFCG – Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marcelo Henrique de Melo Brandão  
(CFP/UFCG – Examinador Interno)

  
\_\_\_\_\_  
Aldo Gonçalves de Oliveira  
(CFP/UFCG – Examinador interno)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

M929s Moura, Andreia de Sousa.

O Semiárido nordestino nos livros didáticos de geografia do 7º ano do ensino fundamental / Andreia de Sousa Moura. - Cajazeiras, 2019.

48f.

Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Bezerra Pessoa.

Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2019.

1. Geografia – livro didático. 2. Semiárido nordestino. 3. Livro didático. 4. Ensino fundamental - geografia. I. Pessoa, Rodrigo Bezerra. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 91:002(075)

Ao meu Deus, por me permitir a realização desse sonho, por todo o cuidado nessa caminhada, e aos meus pais Ademar Moura e Maria Eridan Sousa, por todo o incentivo e amor dedicado a mim.

## AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, por todo o amor, cuidado e proteção em todos os momentos, pela sabedoria e entendimento para escrever, pois tenho convicção que tudo provém dele, por ter sido o meu amparo nos dias difíceis, por toda a sua providência até mesmo em colocar as pessoas certas para contribuir com a construção desse aprendizado. Não existem palavras para descrever minha gratidão, Meu Pai.

Aos meus pais, por serem a minha principal motivação, por sempre terem me ensinado os valores e a importância do conhecimento em nossas vidas, por desejarem sempre o melhor para mim, por muitas vezes abrir mão deles mesmos por mim, por me dar palavras de amor e incentivo nos momentos de medo e angústia, mas agradeço, principalmente, por serem esse porto de segurança. É por vocês e para vocês todo meu esforço e dedicação, Ademar e Eridan. Aos meus irmãos Andressa, Andrielly e Denis, que sempre trazem alegria, apoio e compreensão. Agradeço por tê-los em minha vida, por sempre me darem boas doses de ânimo e coragem, minha eterna gratidão.

Aos meus familiares em geral que sempre contribuíram e torceram por essa conquista. Em especial a minha avó Maria Moura, que sempre contribuiu com muito amor nas minhas dificuldades, aos meus tios e minhas primas: Dayres, Dayana e Mayane que compartilharam de perto de minhas ansias e angustias.

As irmãs que a geografia me deu Maria Idaiza Fernandes, Thayanne Xavier, Samara Nascimento e Jéssica Gois. Vocês foram e são muito mais que amigas, sempre ao meu lado, nos momentos mais difíceis, compartilhando comigo as dificuldades diárias e trazendo leveza aos meus dias, vocês mostraram dia a dia, que é possível ver beleza na vida mesmo em meio a tantas dificuldades, muito obrigada.

Agradeço ao meu orientador e amigo Rodrigo Pessoa por toda a contribuição, compreensão e amizade. Aos queridos professores da banca avaliadora ao qual tenho muito carinho Marcelo Henrique por toda a sua contribuição, amizade e humor durante o curso, a Aldo Gonçalves por sempre transmitir confiança e leveza, e aos demais professores que contribuíram para o meu crescimento tanto na vida acadêmica como pessoal, Rosimar Gomes, Luciana Medeiros e Ivanalda Dantas, a todos os professores que sempre me motivaram.

Agradeço a todos os amigos, Fabrício e por suas conversas sempre extrovertidas, aos colegas de classe e ao meu grande amigo Danilo Monteiro (em memória), por ser símbolo de fé e perseverança, por trazer sempre palavras de força e calma ao meu coração, aos amigos do

ônibus: Thalís e Renata em especial por toda a compreensão e por tornar essa distância imperceptível e ao motorista Francisco (Chico de Mendonça).

A todos que contribuíram de forma direta e indireta para este sonho, aos amigos e a funcionária da cantina Mariana, ao programa PAEG, auxílio fundamental para permanecer e concluir este curso, a todos a minha gratidão.

*“A Geografia, assim como a criança, é um perigo para os homens sérios que fazem do lucro seu sentido existencial, porque no meio da brincadeira ela pode deixar muitos reis completamente nus.”*

*Manoel Fernandes de Sousa Neto*

## RESUMO

O tema deste trabalho é o Semiárido Nordestino nos Livros Didáticos de Geografia do 7º ano do Ensino Fundamental. Sabe-se de toda a diversidade cultural do Brasil, onde cada uma das cinco regiões tem suas próprias características físicas e sociais. O objetivo central é analisar se, ao tratar da sub-região Semiárida Nordestina, os livros didáticos de Geografia utilizados na rede pública de ensino da cidade de Paulista - PB e a segunda coleção que está sendo utilizada na cidade de São José de Piranhas – PB, apresentam discursos cristalizados de um semiárido atrasado e com relação seca-pobreza como principal fator dos problemas sociais enfrentados por essa sub-região, se as imagens apresentadas afirmam esse discurso de pobreza e miséria que sempre é atribuído ao Semiárido, com uma visão simplista e se os livros didáticos de Geografia abordam a diversidade cultural do Nordeste, dando ao mesmo a singularidade cultural que tem. As coleções analisadas foram: **Projeto Apoema Geografia** dos autores MAGALHÃES, *et al*, 2015. E a segunda foi **Vontade de saber Geografia** de Neiva Camargo Torrezani (2015). A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica com levantamentos de pesquisadores do tema Semiárido Nordestino no livro didático e discurso de seca. Sendo possível perceber que, nas duas coleções os autores deixam claro que os problemas enfrentados pela sub-região Semiárido são ocasionados pela falta de políticas públicas voltadas para a problemática seca, as imagens dispostas revelam uma associação dessa região como sinônimo de pobreza, contradizendo o discurso de desenvolvimento da região e apenas a primeira coleção traz uma abordagem cultural do Nordeste.

**Palavras - chave:** Livro didático. cultura . discurso. Imagem . Geografia.

## ABSTRACT

The theme of this work is the Northeastern Semi-arid in geography textbooks of the 7th year of Elementary School. It is known that Brazil is a country of great cultural diversity, and each of its five regions has its own physical and social characteristics. Its main objective is to analyze whether when dealing with the Northeastern Semi-arid sub-region, geography textbooks used in the public school network present crystallized discourses of a delayed semi-arid, the drought-poverty relation as the main factor, images that strengthen this discourse of poverty and misery always attributed to this sub-region, denotation of a simplistic view on the subject, and if the textbooks address cultural diversity, considering the uniqueness it has. The analyzed collections were two, first, **Projeto Apoema Geografia** by MAGALHÃES, *et al*, 2015, and the second one, **Vontade de saber Geografia** by Neiva Camargo Torrezani (2015). The methodology used was the bibliographic research with surveys of studies on the Northeastern Semi-arid in textbooks and drought discourse. It is possible to realize that in both collections the authors make it clear that the problems faced by the semi-arid subregion are caused by the lack of public policies in relation to the drought problem. Also, the images arranged reveal an association of this region as synonymous with poverty, contradicting the region development discourse. And, finally, only the first collection brings a cultural approach to the Northeast.

**Keywords:** Textbooks. culture. Discourse. Image. Geography.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Capa do livro didático: Apoema Geografia.....	32
<b>Figura 2.</b> Pedra Branca (CE).....	37
<b>Figura 3.</b> Xiquexique em Campo Redondo (RN).....	37
<b>Figura 4.</b> Mandacaru em Bom Jesus da Serra (BA).....	38
<b>Figura 5.</b> Capa do livro: Vontade de Saber Geografia.....	38
<b>Figura 6.</b> Paisagem da Caatinga, município de Buíque em Pernambuco.....	42
<b>Figura 7.</b> Catunda no Ceará.....	43

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CNLD – Comissão Nacional do Livro Didático

COLTED – Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

FAE – Fundação de Assistência ao Estudante

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

INL – Instituto Nacional do Livro

IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

LD – Livro Didático

MEC – Ministério da Educação

PNLD – Plano Nacional do Livro Didático

PLID – Programa do Livro Didático

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SEB – Secretaria de Educação Básica

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 O QUE ENTENDE-SE POR LIVRO DIDÁTICO.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 O Livro didático no Brasil e a relação com o Estado e o Mercado.....</b>	<b>17</b>
<b>2.2 Contexto histórico do Plano Nacional do Livro Didático no Brasil.....</b>	<b>19</b>
<b>2.3 Critérios de avaliação do PNLD nos livros didáticos de Geografia.....</b>	<b>21</b>
<b>3 ASPECTOS FÍSICOS DO SEMIÁRIDO NORDESTINO.....</b>	<b>25</b>
<b>3.1 Aspectos sociais do Semiárido Nordeste.....</b>	<b>27</b>
<b>3.2 A imagem sertaneja e a imagem que se tem do Semiárido Nordeste.....</b>	<b>30</b>
<b>4 O NORDESTE BRASILEIRO NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL.....</b>	<b>32</b>
<b>4.1 Primeira obra analisada: Projeto Apoema Geografia.....</b>	<b>32</b>
<b>4.2 Segunda obra analisada: Vontade de saber geografia.....</b>	<b>38</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>

# 1 INTRODUÇÃO

O livro didático desempenha um papel importante para a cultura escolar. Apesar de críticas acerca do mesmo, ele tem sido um instrumento de apoio tanto para os docentes quanto para os discentes, podendo ser entendido como objeto de expressão dos saberes, registro de uma época ou de uma sociedade, recurso didático e ao mesmo tempo uma fonte valiosa de pesquisa histórica. O livro didático também pode trazer direcionamento à aula, pelos conteúdos e ordem que adota, tem também uma importância social, pois, pode ser possível que o livro didático seja o único livro que aluno terá acesso.

No ensino fundamental, especificamente no 7º ano, o livro didático de Geografia traz a localização e caracterização do espaço brasileiro e a divisão regional do Brasil. Portanto, diante da importância do livro didático para o processo de ensino aprendizagem, pretende-se analisar como está sendo apresentado nos livros didáticos de Geografia do 7º ano do ensino fundamental o Semiárido Nordestino. Esse é objetivo principal desta pesquisa. Partindo de estudiosos como Iná Elias de Castro e Albuquerque Júnior, essa região sempre foi vítima de discursos negativistas e reducionistas, discursos que foram tidos como verdades, e a essa região sempre foram associada à relação seca-pobreza, imagem essa que só seria possível mudar através dos livros didáticos, trazendo neles as riquezas da região e principalmente a diversidade cultural.

A escolha do tema surgiu no momento do Estágio Supervisionado em Geografia III, ao trabalhar o Nordeste em uma turma do 7º ano e perceber que, mesmo morando no Sertão e tendo aqui experiências positivas de vida, os alunos tinham uma visão simplista da sub-região, atribuindo a ela discursos cristalizados, que estão enraizados pela mídia nas reportagens, telenovelas e demais meios tecnológicos. Surgiu então, a curiosidade de analisar no livro didático essa sub-região, analisando as imagens, a linguagem utilizada pelos autores a falar do Sertão e a cultura, já que o Nordeste, assim como o Brasil, é rico em diversidade cultural.

Foram analisadas duas obras, a primeira: **Projeto Apoema Geografia** de Magalhães, *et al* (2015). E a segunda: **Vontade de saber geografia** de Neiva Camargo Torrezani, 2015. Essas duas obras foram escolhidas porque são livros que estão sendo utilizados na rede pública de ensino a primeira obra na cidade de Paulista e a segunda na cidade de São José de Piranhas, ambas na Paraíba, aprovadas pelo Plano Nacional do Livro Didático - 2017.

Os objetivos específicos são: descrever o que é o livro didático e os critérios de avaliação do Plano Nacional do Livro em Livros de Geografia; caracterizar o Semiárido Nordeste quanto as suas características físicas, sociais e a imagem reducionista que foi associado a ele; e interpretar como estão dispostas as imagens, a linguagem e a cultura abordada no Sertão Semiárido brasileiro em duas obras de Geografia dos anos finais do ensino fundamental.

É uma pesquisa de cunho bibliográfico investigativo, em que foram feitos levantamentos documentais que buscaram traçar a imagem comumente relacionada ao Sertão Semiárido brasileiro. Sendo feita de acordo com estudos da geógrafa Iná Elias de Castro (1992), Albuquerque Júnior (2008, 2009), Silva (2012) e Silva (2008). Este trabalho respaldou-se numa análise bibliográfica sobre o tema “Sertão Semiárido Nordestinos nos Livros Didáticos de Geografia”, entrando em contato com o debate sobre a paisagem e sua representação através de imagens, e a diversidade cultural da região.

A pesquisa está dividida em três partes. No primeiro capítulo “O que entendemos por livro didático” discutiremos o que é o livro didático, sua importância, a sua relação com o Estado, o contexto histórico do PNLD e os critérios de avaliação, entendendo assim o que é realmente o livro didático e quais os processos que passa antes de chegar até a escola.

No segundo capítulo “Aspectos físicos do Semiárido Nordeste” foi realizado um estudo sobre as principais características físicas, sociais e imagem que se tem do Semiárido, entendendo de onde surgem os discursos e a imagem cristalizada de um Nordeste atrasado tendo como principal causa a seca. No terceiro capítulo “O Nordeste brasileiro no Livro Didático de Geografia do Ensino Fundamental” foi construída uma análise de duas obras, observando as imagens, a abordagem cultural e a linguagem escrita dos autores ao abordar o Semiárido Nordeste.

Dessa forma, procura-se através desse estudo, também propor um desenvolvimento da investigação geográfica através da análise de livros didáticos contribuindo assim, para um olhar mais crítico acerca dessa região e como ela vem sendo trabalhada, trazendo a diversidade cultural como um dos fatores capazes de trazer uma imagem positiva e construtiva dessa região, que é tão rica em diversidades.

## 2 O QUE ENTENDE-SE POR LIVRO DIDÁTICO

O livro didático é um dos materiais de ensino mais utilizados nas escolas e, em muitas delas, o único material que o professor tem a sua disposição. Correa (2000, p. 23), diz que o mesmo pode ser entendido como “um compêndio especificamente organizado para fins da educação escolar e que pode abranger diferentes áreas do conhecimento com propósitos formativos, segundo valores que deseja que sejam veiculados”. A partir dessa afirmação, entende-se que o livro é um produto de processo de seleção de fontes e conteúdos, utiliza-se o termo compêndio por relacionar a uma síntese ou resumo dos conteúdos.

É através do livro que se adotam determinadas abordagens das temáticas geográficas “pelos assuntos que apresenta, pela ordenação e sequência que adota, pelas questões que levanta, pelas referências que faz ou não faz a outras fontes: disciplinares, sociais, culturais, éticas, etc.” (SANTOS, 2001, p. 130), então o livro didático, além da função de transmitir conteúdo, traz ao professor direcionamento de qual ordem seguir nos tópicos e conteúdos.

Choppin (2004) atribui ao livro didático quatro funções. A primeira é referencial, curricular ou pragmática, em que o livro didático tem caráter fiel a tradução do programa curricular. Pode ter a função instrumental, colocando em prática métodos de aprendizagem, propondo exercícios e atividades com finalidade de facilitar o processo de aprendizagem. Pode ter a função ideológica e cultural, tentando afirmação da língua, da cultura e dos valores. Por fim, o livro didático apresenta uma função documental, fornecendo elementos e contribuição para formação do senso crítico dos estudantes a partir de sua interpretação.

A autora Circe Bittencourt diz que o livro didático fornece direcionamento aos professores, organiza e sistematiza conteúdos:

O livro didático é um material relevante e de prestígio na escola, porque fornece, organiza e sistematiza conteúdos específicos, como também inclui métodos de aprendizagem de cada disciplina, portanto, não se constitui ele apenas como acervo de uma área de conhecimento, mas também em “livro pedagógico”, em que está contida uma concepção de aprendizagem. (BITTENCOURT, 2004, p. 315).

O livro didático traz significado à aula e traz referência de como organizar e de quais conteúdos apresentar. Molina compartilha da mesma ideia de Bittencourt (2004), ao dizer que:

O livro didático adquire especial importância quando se atenta para o fato de que ele pode ser, muitas vezes, o único livro com o qual a criança tem contato. Considerando-se o fato de que, ao deixar a escola, pode ocorrer que jamais tornem a pegar nos livros, percebe-se que, para muitos cidadãos, o livro didático termina por ser “o” livro. (MOLINA, 1987, p. 18).

Além de ter uma importância pedagógica, o livro didático apresenta uma importância social, à medida que pode ser o único livro de conhecimento ao qual o aluno poderá ter acesso. Segundo Callai (2013, p. 288-289), o Livro Didático (LD) é tido para muitos professores como instrumento de conhecimento, e o manual do professor é como indicador de como fazer as aulas e de como abordar os conteúdos, sendo utilizado como apoio pedagógico, apoio de planejamento e pesquisa sobre conceitos, como roteiro para a leitura e para as atividades.

O livro representa um papel significativo no processo de ensino-aprendizagem. Para alguns professores é tido apenas como um material de apoio, para outros é o único material de trabalho, mas como afirma Mantovani (2009, p. 23), nenhum deles abre mão desse material:

É inegável que o material didático, em especial o livro, seja um instrumento importante para o trabalho. Por conta disso, o livro tem representado um papel significativo no processo de ensino-aprendizagem. Entre os professores, há tanto os que têm nele seu único material de trabalho, quanto os que o utilizam apenas como apoio às suas aulas nas atividades escolares, mas, mesmo assim, não chegam a abrir mão dele... A importância do livro didático na prática pedagógica diária também está relacionada ao fato de ele fazer a sistematização dos conteúdos que devem ser trabalhados em classe e de ser instrumento de apoio para o professor e suporte teórico e prático para o aluno.

Além de todas essas funções citadas anteriormente ao livro didático de direcionamento, de material de apoio e instrumento de conhecimento, Choppin diz que o livro didático reconstrói imagens de acordo como aqueles que o conceberam e gostariam que ela fosse:

A imagem da sociedade apresentada pelos livros didáticos corresponde a uma reconstrução que obedece a motivações diversas, segunda época e local, e possui como característica comum apresentar a sociedade mais do modo como aqueles que, em seu sentido amplo, conceberam o livro didático gostariam de que ela fosse, do que como ela realmente é. Os autores de livros didáticos não são simplesmente espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro status, o de agente. O livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, frequentemente de forma favorável: as ações contrárias a moral são quase sempre punidas exemplarmente, os conflitos sociais, os atos delituosos a violência cotidiana são sistematicamente silenciados. (CHOPPIN, 2004, p. 557).

Além das demais funções, o livro também é capaz de reconstruir, como cita o autor, imagens que obedecem a motivações diversas. Não sendo o autor neutro, ele modifica a realidade para educar as gerações, fornecendo até mesmo imagens de acordo com o objetivo que deseja atingir, como cita o autor supracitado e os atos de violência, delituosos são sistematicamente silenciados.

De acordo com Desiderio (2009), ao reconhecer o livro didático como aparato educacional de massa, ao apropriar-se, deslocar, selecionar e enquadrar saberes pode-se dizer que o LD produz, reproduz e dissolve realidades. Ainda atribui ao livro didático três aspectos, sendo eles: primeiro como elemento de intermediação do processo de ensino-aprendizagem, segundo como produto do conhecimento passível de comercialização e o terceiro como mercadoria. Como produto do conhecimento passível de comercialização estão envolvidos processos relacionados à qualidade de conteúdos, do material com o qual é confeccionado e a formatação e como mercadoria está relacionada à política de cunho estatal, custeado e distribuído gratuitamente em todo o território nacional, política essa que abordaremos na próxima seção.

Conforme Angelo (2014), os livros didáticos são destinados para o uso de professores e alunos no contexto escolar contendo uma seleção de conteúdos e exercícios referentes a uma determinada disciplina, elaborados tomando como referência o currículo estabelecido em um determinado período histórico, além de compreender os elementos internos à língua, a etimologia ou filologia dos vocábulos, também se constitui a partir de diversas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, que se estabelecem no meio educacional e escolar. Portanto, o livro não é apenas o conteúdo didático, ele é resultado também de relações sociais, culturais, trazendo não só direcionamento, mas traz em si uma linguagem e, como afirma o Choppin, pode deturpar a realidade de acordo com a vontade dos autores, que não são neutros, nesse processo.

## **2.1 O Livro didático no Brasil e a relação com o Estado e o Mercado**

As condições a que o livro didático está submetido tem no Estado o seu principal fomentador e esta relação se fortalece por meio de leis e decretos criados desde 1930 fortalecendo seus laços. Segundo Corrêa, as relações entre escola e mercado estão se tornando cada vez mais complexas, pois o comércio de livro se torna uma possibilidade de lucros: “provavelmente, nenhum material escolar sofreu tanto as influências de leis de mercado

quanto esse. Fundamentalmente porque as políticas do livro escolar mantiveram conectados os interesses estatais aos privados.” (CORRÊA, 2000, p. 22).

O livro didático está sob o poder do Estado à medida que regulamenta através de editais como este recurso está posto, assunto que será tratado mais adiante. O Estado distribui gratuitamente livros didáticos a estudantes de escolas públicas, que foram selecionados pelo Ministério da Educação (MEC), no âmbito da Secretaria de Educação Básica (SEB), e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) tem como propósito a compra dos LD, sendo o programa Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) destinado à avaliação das obras didáticas. As escolas podem escolher duas opções de livros para cada disciplina, e não havendo impedimentos na negociação com as editoras, o FNDE compra a primeira obra. Segundo Manukata (2006, p.6 apud LOPES, 2009, p. 22-23):

Como mercadoria, ele certamente carrega as marcas do ser-para-o-lucro e da indústria cultural. Convém, no entanto, desde já, esclarecer que, na sociedade capitalista, a produção de qualquer livro, seja didático ou dos “frankfurtianos”, visa o lucro e é efetivada segundo os procedimentos da indústria cultural. É preciso também não perder de vista que onde há lucro e, portanto, a acumulação de capital, há também trabalhadores, de cujas atividades resultam os livros. Essas atividades, altamente diversificadas, têm, é claro, o objetivo de produzir mercadoria que possa vir a ser consumida em larga escala, mas, por isso mesmo, essa produção deve atender a demandas e expectativas (mesmo que induzidas) do mercado, o que, no caso do livro didático, inclui questões educacionais. Reprodutores do capital – e para o bem dessa função – autores, editores de arte, redatores, pesquisadores iconográficos, etc. não podem deixar de ter preocupações a respeito da educação escolar.

De acordo com da autora citada anteriormente, o livro traz consigo marcas do lucro, sendo produzido com objetivo de lucratividade. O contexto ao qual o livro se insere no Brasil interfere em seu processo de criação, tendo seu conteúdo um caráter que o faça estar presente na seleção realizada pelo PNLD, ao contrário, será excluído do mercado. A fim de minimizar os riscos, as editoras se atêm muito próximo dos editais e guias curriculares. Segundo Marcapica:

[...] o estado regulamenta o mercado dos livros didáticos, pois, atua, em primeiro lugar, por encomenda, dissolvendo riscos de estoque, bem como estruturando o transporte e a divulgação. Às editoras cabe o risco relativo ao processo anterior as avaliações do PNLD, pois, os livros podem não ser aceitos. Assim, ao avaliar os livros, o estado passa a ser também sensor, excluindo do mercado lucrativo aqueles que não se adaptem a sua proposta. Por isso, as editoras se intimidam em promover livros com propostas alternativas. (MARCAPICA, 2008, p 13).

Portanto, o livro didático é fruto dessas relações sociais, obedecendo a políticas de seleção e regulamentado dessa forma pelo Estado, obedecendo a critérios que serão abordados

na próxima seção, as editoras se atentam ao máximo as normas estabelecidas pelo programa, a fim também de obter lucro. De acordo com Souza (2017), as estratégias de controle da produção de materiais didáticos, ora tentando implantar um projeto de identidade, valores, cidadania, ora financiando grande parte desta produção que determina o LD como mercadoria integrada à indústria cultural, propõe uma aceitação mercadológica. Esses fatores demonstram a preocupação do Estado em intervir no controle social desta produção e para tal desenvolver estratégias que garantam o investimento. Portanto, deve-se considerar uma complexa teia de interligação que tem como objetivo atender às demandas e projetos com finalidades antagônicas, estabelecer um projeto voltado ao social, garantir qualidade de ensino aliado à pesquisa e ainda atender ao mercado distribuidor e consumidor de LD.

Além de atender as demandas pedagógicas, os Livros Didáticos se atentam também a atender as demandas das políticas, pois, se as obras didáticas não estiverem presentes no processo seletivo, culminam em efeitos financeiros indesejáveis, resultando, até mesmo, no desaparecimento de editoras, por isso, as mesmas se reajustam para atender aos itens do processo, cujos critérios de avaliação serão apresentados mais adiante.

## **2.2 Contexto histórico do Plano Nacional do Livro Didático no Brasil**

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é um programa de Estado que distribui às escolas públicas do Brasil livros didáticos. Instituído no ano de 1985, esse programa visa coordenar a aquisição e distribuição gratuita de livros didáticos aos alunos das escolas públicas brasileiras. No Brasil, os LD eram praticamente inexistentes nas escolas até meados do século XIX e em seu lugar eram utilizados textos como documentos de cartório, cartas, código criminal, sendo usados para a prática da leitura. A partir da década de 1930 do século XX, os livros didáticos começaram a ser produzidos no Brasil, época em que o Estado passou a exercer controle sobre eles, assumindo uma identidade nacional (BATISTA, 2013).

A ligação entre o Estado e o LD remonta ao ano de 1938, década que marca um aumento expressivo no número de escolas públicas no país. Este período, a “Era Vargas”, foi marcado por uma profunda crise econômica e o projeto político, do então presidente, insistia na consolidação de uma identidade nacionalista (MARCAPICA, 2008).

Esses processos levaram a exclusão dos livros importados, exigindo do Estado a construção de uma legislação específica e investimento na produção e avaliação. Por isso, em 1938 é criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), pelo decreto de lei N°

1006/38, para a avaliação dos mesmos, estabelecendo condições para a produção, importação e utilização do LD no Brasil (BATISTA, 2013).

No ano de 1941, através do decreto N° 3.580, a CNLD passa a corrigir ou recomendar a correção e fazer modificações textuais a fim de revalidar livros que foram vetados anteriormente. Esse projeto proibia a utilização de livros didáticos publicados em língua estrangeira, intensificando assim, o caráter nacionalista da educação brasileira (BATISTA, 2013).

O CNLD passa a centralizar na esfera federal o poder de legislar sobre o LD, com o decreto N° 8460/45, que redefine as funções do mesmo, centralizando na esfera federal e assumindo o controle sobre o processo de adoção de livros didáticos em todos os estabelecimentos de ensino do país. Já em 1952, o decreto 31.535/52, desautoriza definitivamente a importação de livros ou qualquer material impresso em língua estrangeira, no Brasil (SILVA, 2006).

Em 1961, o Estado passa a assumir o financiamento dos livros didáticos por meio do Banco do Brasil, dando providências sobre condições de negociações para o financiamento das obras, visando aperfeiçoar a qualidade e diminuir os gastos. O decreto-lei 50.489, estipula que a obra deverá passar por uma avaliação de professores de notória competência (MARCAPICA, 2008).

Em 1964, durante o governo de João Goulart é assinado o decreto N° 53.583 de 21 de Fevereiro de 1964, que faz um diagnóstico da realidade escolar e dos pressupostos condizentes do LD. O decreto autorizou o Ministério da Educação (MEC) a vender a preço de custo os livros didáticos tanto no ensino público, quanto no privado e tornou obrigatória a presença dos livros didáticos aprovados pelo MEC em todas as escolas do país. Já em 1964, com o Golpe Militar, o decreto 53.583, acaba sendo revogado em sua totalidade, sendo substituído pelo decreto 53.887 de 1964, atribuindo à Campanha Nacional de Material de Ensino a co-publicar<sup>1</sup> e distribuir livros didáticos de acordo com as prioridades enunciadas pelo Conselho Federal da Educação (SILVA, 2006).

Em 1966, o Estado cria a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), (decreto N° 58.653), com o objetivo de incentivar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura, relacionadas com o aprimoramento, a produção e distribuição de livros técnicos e de livros didáticos. Porém, em 1971 a COLTED foi extinta,

---

<sup>1</sup> Publicar com outros.

passando suas atividades ao Instituto Nacional do Livro (INL), que deveria atuar em conjunto com as editoras no processo de coedição.

O INL sofreu modificações em 1976, atribuindo a responsabilidade de coedições<sup>2</sup>, resultando em um mercado seguro para as editoras, pois, aumentou significativamente a tiragem de livros, resultando no interesse do Governo Federal em distribuí-los gratuitamente às escolas. Portanto, o Estado, vai assumindo papel de financiador dos livros didáticos (HOFFLING, 2000).

Em 1983, foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), absorvendo as ações relacionadas ao LD, possibilitando condições e instrumentos de auxílio aos estudantes. Em 1984, o programa de coedições de livros didáticos é extinto e o MEC passa a ser comprador dos livros didáticos produzidos pelas editoras participantes do Programa do Livro Didático (PLID), que em 1985, passa a ser denominado Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e seus objetivos passam a ser ampliados (HOFFLING, 2000). O objetivo era atender a todos os estudantes de escolas públicas de 1º a 8º séries do ensino fundamental, regimentado de forma autônoma por meio do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (SILVA, 2006).

O PNLD é até o momento, o programa mais duradouro no Brasil e um dos primeiros que avalia de forma sistemática a qualidade dos conteúdos e a ética dos livros didáticos.

### **2.3 Critérios de avaliação do PNLD nos livros didáticos de Geografia**

Os estudos revelam que desde 1960 havia discursos da falta de qualidade nos livros didáticos, desatualização de informações, deficiência metodológica, disseminação de ideologias, preconceitos e sugestões de atividades que colocavam professores e alunos em risco. Essas são algumas das deficiências apontadas por Mantovani (2009).

A avaliação de livros didáticos é importante e necessária porque o Estado, com recursos públicos, está adquirindo milhões de livros didáticos para a distribuição gratuita na rede oficial de ensino básico e deve constatar a qualidade do produto que compra, (SPOSITO, 2006).

A fim de aprimorar a qualidade do livro didático, são estabelecidos critérios para essa avaliação e de acordo com o edital do Plano Nacional do Livro Didático (2017), os livros de Geografia devem apresentar as seguintes competências, são elas:

---

<sup>2</sup> Editar concomitantemente com outros.

- Compatibilidade entre a opção teórico-metodológica escolhida, evitando paradoxos de interpretação, articulações das relações espaço-temporais, possibilitando compreender a construção histórica do espaço geográfico e as interações sociedade e natureza;
- Articulação dos processos históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais para a explicação do estágio de desenvolvimento dos povos e dos países, mantendo-se o direito a diversidade dentro de padrões éticos e de respeito à liberdade individual e em grupos, evitando preconceitos tanto de origem, etnia, gênero, religião, idade e outras formas de discriminação;
- Deve apresentar discussões e renovações na área, mostrando atualização em relação aos avanços teóricos metodológicos aceitos pela comunidade científica recentemente;
- Discussão de diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais de povos e países, sem discriminar ou tratar negativamente os que não seguem o padrão de conduta da Sociedade Ocidental, evitando visões distorcidas da realidade e a veiculação de ideologias antropocêntricas e políticas, ou ambas;
- Conceitos vinculados às dimensões de análise que abordam cultura, sociedade, tempo, poder e relações econômicas e sociais sem omitir qualquer um dos conceitos estruturantes do espaço geográfico: natureza, paisagem, espaço, território, região e lugar;
- Informações e conceitos corretos, permitindo a compreensão da formação, do desenvolvimento e da ação dos elementos constituintes do espaço físico, suas formas e relações;
- As informações e conceitos relacionados de maneira correta, encaminhando os passos necessários à análise da dimensão geográfica da realidade;
- Temas e conteúdos da geografia econômica sem o objetivo de publicidade, mostrando a necessária diversificação dos produtos para explicar os processos espaciais;
- Atividades que favoreçam a realização de trabalhos de campo, em pelo menos um volume da coleção, estimulando a observação, a investigação, a comparação, a interpretação, a criatividade, a análise e a síntese;
- Leituras complementares de fontes científicas reconhecidas e atualizadas, acompanhadas de referência bibliográfica, nota de rodapé ou outras formas adequadas, que amplie conceitos e conteúdos e sejam, de fato, coerentes com o texto principal, evitando textos de difícil compreensão;

- Linguagem adequada, objetivando a aprendizagem dos conhecimentos geográficos, ao desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos linguísticos, evitando reducionismo e estereótipos no tratamento de questões sociais e naturais;
- As ilustrações devem dialogar com o texto e com exemplos da diversidade étnica da população brasileira e da pluralidade social e cultural do país, não devendo reforçar preconceitos e estereótipos em relação a gênero e a povos de outras nações do mundo;
- Escala adequada de representação dos fenômenos tratados;
- Legendas sintéticas, com cores definidas, evitando o excesso da informação identificada e localizada no mapa, bem como datas, símbolos convencionais e demais créditos necessários para a identificação das fontes utilizadas;
- Orientação para o uso adequado dos pontos cardeais e colaterais, a partir da Rosa dos Ventos colocada ao lado dos mapas e figuras;
- Fontes fidedignas na citação de textos e mapas, evitando utilizar um mapa já conhecido de outro (a) autor (a) sem a citação correta, negando-lhe a autoria e indicando apenas as mesmas fontes que este (a) autor (a) utilizou, sintetizou e citou na sua elaboração;

De acordo com PNLD (2017), o manual do professor deve apresentar:

- Reflexões a respeito da geografia como ciência de referência e como componente curricular na educação básica,
- Orientação teórico-metodológica coerente com a linha de pensamento geográfico adotada na coleção, evitando o paradoxo de apresentar a coleção como representante de proposições de geografias críticas e humanistas, enquanto o livro do estudante sustenta-se, apenas, no desenvolvimento de proposições da geografia clássica;
- Orientação pedagógica que permita ao docente a abordagem e a articulação dos conteúdos do livro entre si e com outras áreas do conhecimento, especialmente nas áreas afins da Ciência Geográfica como Ciência e História;
- Bibliografia diversificada e sugestões de leitura que contribuam para a formação continuada do professor, nos campos da natureza e da sociedade focalizados pela geografia no currículo escolar;
- Propostas de atividades individuais e em grupo, destacando-se, entre essas, a leitura da paisagem, os trabalhos de campo e outras relacionadas ao uso de tecnologias, todas adequadas às propostas do livro e aos diferentes anos de escolaridade;
- Subsídios que contribuam com reflexões sobre o processo de avaliação da aprendizagem de Geografia de acordo com as orientações descritas nas Diretrizes Curriculares Nacionais

Gerais para a Educação Básica e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;

- Articulações pertinentes entre o “manual do professor impresso” e o “manual do professor multimídia”.

Neste capítulo foi possível compreender o que é o Livro Didático, e que sua produção está intrinsecamente relacionada com Estado à medida que ele regulamenta a produção através dos editais de convocação, que estipulam quais os critérios a obra deve apresentar para ser aprovada ou não. Essa avaliação de acordo Sposito (2006) é necessária, já que o Estado adquire com dinheiro público milhões de obras que irão, a partir da aprovação, fazer parte da dinâmica escolar de professores e alunos. O entendimento desses tópicos é essencial para a compreensão de todo o processo que o livro didático passa até chegar à escola, sendo também importante para uma melhor compreensão e análise das obras que serão tratadas no terceiro capítulo desta monografia. No capítulo seguinte, será abordado o Semiárido Nordestino, quanto aos aspectos físicos, sociais e como essa região ainda é alvo de preconceitos que foram se disseminando ao longo do tempo.

### 3 ASPECTOS FÍSICOS DO SEMIÁRIDO NORDESTINO

O Sertão nordestino abrange a maior parte da extensão territorial do Nordeste, sendo composto pelos estados de Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais (SUDENE, 2017). A paisagem é marcada pelo clima Semiárido, caracterizado pela escassez e principalmente pela irregularidade das chuvas, causando a seca de muitos rios durante a estiagem prolongada. Esses rios denominam-se temporários ou intermitentes, destacando-se um rio perene que é o São Francisco que atravessa o Sertão. (MAGALHÃES, *et al*, 2015).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a região semiárida apresenta uma extensão total de 982.563,3 Km<sup>2</sup>, com índice pluviométrico médio de 800 mm anual. Como reflexo da semiaridez, a hidrografia é pobre, insuficiente para sustentar rios caudalosos que se mantenham perenes nos longos períodos de ausência de precipitações, com exceção do Rio São Francisco.

Batista e Campos (2013), afirmam que, a precipitação é marcada por chuvas irregulares, tanto na distribuição, quanto no espaço e no tempo, variando entre 300 e 800 mm por ano. Estudos hidrográficos apontam que muitas vezes, quando a água é encontrada no subsolo, através da perfuração de poços tabulares, cacimbões ou artesanais, encontra-se salobra e imprópria para consumo humano e animal. As questões referentes à seca no semiárido serão abordadas na próxima seção.

Segundo Ab’Sáber os aspectos que dão similitude às regiões semiáridas são sempre de origem climática, hídrica e fitogeográfica: baixos níveis de umidade, escassez de chuvas anuais, irregularidade no ritmo das precipitações ao longo dos anos, prolongados períodos de carência hídrica, solos problemáticos tanto do ponto de vista físico quanto do geoquímico (solos parcialmente salinos, solos carbonáticos) e ausência de rios perenes, sobretudo no que se refere as drenagens autóctones. A vegetação é representada por diversas espécies ou comunidades cactáceas, que passaram por um longo período de adaptação ao calor:

Completa o quadro um revestimento baixo de vegetação—arbustivo-arbórea, ou arbóreo-arbustiva, e, muito raramente, arbórea, comportando folhas miúdas e hastes espinhentas, adaptadas para conter os efeitos de uma evapotranspiração muito intensa. Vegetação quase totalmente caducifólia – cinza-calcinada nos meses secos, exuberantemente verde nos chuvosos – com algumas intrusões de pleno xerofitismo, representada por diversas espécies ou comunidades de cactáceas: Mandacarus, coroas-de-frade, facheiros, xique-xiques e outros cardos alastrantes. Uma flora constituída por espécies dotadas de longa história de adaptação ao calor e à secura incapaz de restaurar-se, sob o mesmo padrão de agrupamento, após escarificações mecânicas de seu suporte edáfico. (AB’SABER, 1999, p.10).

De acordo com o autor, a região apresenta uma variedade de espécies com aspecto cinza nos anos de seca e nos períodos chuvosos, um verde exuberante, demonstrando a capacidade de recuperação dessa espécie. Destaca ainda que são muitos os aspectos que trazem originalidade ao nordeste seco, e aponta também que é uma das regiões semiáridas mais povoadas entre todas as terras secas existentes nos trópicos ou entre trópicos.

Segundo Pimentel e Guerra (2009), a Caatinga é um bioma que apesar da simplicidade aparente, apresenta uma grande riqueza, não só em biodiversidade, com elevado número de espécies vegetais e animais, mas pela grande resiliência dessa espécie e adaptação às condições climáticas, servindo também como fonte de produtos de uso direto da humanidade, madeira, pasto, mel, medicamentos, cosméticos e alimentos em geral. “A Caatinga é o único bioma que se situa totalmente dentro dos limites territoriais brasileiros. Apresenta uma riqueza em biodiversidade, apesar de ser em menor número, quando comparado com outros biomas, como o do Pantanal ou da Amazônia”. (PIMENTEL; GUERRA, 2009, p. 3).

Essa vegetação estende-se pelo Ceará, Bahia (54%), Paraíba (92%), Pernambuco (83%), Piauí (63%), Rio Grande do Norte (95%), quase metade de Alagoas (48%), Sergipe (49%), pequenas porções em Minas Gerais (2%) e Maranhão (1%). (PIMENTEL; GUERRA, 2009).

Quanto aos solos, Ab’Sáber destaca que, a pouca umidade dos solos e sua falta de permanência no subsolo, ocasiona uma baixa decomposição química, resultando em solos descontínuos, pedregosos, com nomes diversos:

As argilas nobres (montmorilonitas), formadas pela pedogênese do ambiente semi-árido quente, são deslocadas para as planícies de inundação dos rios principais, enriquecendo vazantes e entranhando bancos de areia existentes no leito dos cursos d’água, fato que torna possível seu aproveitamento para pequenas lavouras anuais durante os cinco ou sete meses em que as correntes d’água estão cortadas. A escassez de umidade e a pouca permanência, ao longo do ano, das águas no subsolo produzem um baixo nível de decomposição química das rochas, o que contribui para gerar mantos de solos descontínuos, alternados por cabeços rochosos e eventuais manchas de terrenos pedregosos. Por essa e muitas outras razões, os tipos de solos predominantes guardam nomes totalmente diversos em relações àqueles habitualmente conhecidos em regiões brasileiras sujeitas a associações de calor e umidade. Os nomes técnicos de solos das caatingas mais secas do interior do Nordeste servem para demonstrar tais fatos: solos litólicos (litossolos, esqueléticos), solos bruno não-cálcicos (para-vertissolos), eventuais vertissolos típicos e manchas de planossolos solédicos e solonetz solodizados, na linguagem técnica dos pedólogos modernos. (AB’SÁBER, 1999, p. 11).

As argilas nobres deslocam-se para as planícies de inundações dos rios, enriquecendo a vazante, tornando possível o cultivo de lavouras. As limitações agrícolas decorrem da irregularidade das chuvas e baixa fertilidade natural dos solos (SILVA, *et al*, 2010).

### 3.1 Aspectos Sociais do Semiárido Nordestino

A população do Semiárido Nordestino é de cerca de 22 milhões de habitantes e dela faz parte a maior população rural do país (BRASIL, 2017). Destaca-se no Nordeste a riqueza cultural da região, um espaço criativo de símbolos e rituais, como festas, músicas, poesias e danças. Apesar da grande variedade, é uma cultura bastante particular, indo além de manifestações folclóricas e populares. Em cada estado há danças, canções e ritmos próprios, hábitos seculares preservados, artesanatos tradicionais, que fascinam os visitantes. As festas juninas em Campina Grande (PB) e em Caruaru (PE), por exemplo, são as mais populares do país, e o Carnaval é o evento que mais atrai turistas principalmente para Salvador, Recife e Olinda, chegando a receber mais de um milhão de turistas por ano. (BOLIGIAN; ALVES, 2016). Nóbrega (2010), em sua tese de doutorado intitula o São João de Campina Grande como o maior do mundo.

Na dança, merecem evidenciar o maracatu, manifestação cultural da música folclórica pernambucana afro-brasileira praticada em diferentes cidades do Nordeste, o frevo exercido principalmente no carnaval de Pernambuco, o bumba-meu-boi, o xaxado, realizado por cangaceiros pernambucanos em comemoração as suas vitórias, os cordéis, tipo de poesia oral típica do Nordeste oriunda da Paraíba, praticada principalmente em Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Na música, muitos ritmos como samba de roda, baião, xote, forró, axé, martelo agalopado, dentre outros ritmos. Um dos músicos de maior destaque na representação do Nordeste é Luiz Gonzaga, criador da música nordestina, o baião.

Na região apresenta-se um forte cenário de fé, romarias, cânticos, santuários, festas de santos. Celebrações rituais que apresentam elementos da cultura africana, europeia e índia. As feiras em praça públicas também é uma cultura. Os feirantes vendem os produtos fabricados ou produzidos na roça, como farinha de mandioca, feijão, artesanato de palha, madeira, couro ou cerâmica, o espaço também é local de encontros, cânticos e de receitas caseiras para cura de doenças (FERRAZ, 2004).

Mesmo com todo esse desenvolvimento, Alves e Boligian afirmam que o crescimento da região está apenas começando, pois ela ainda apresenta a menor renda per capita do país, devido a grande desigualdade na distribuição da riqueza. Pesquisas revelam que existe uma acentuada concentração de renda, mas as mesmas se concentram nas regiões metropolitanas, Salvador, Recife e Fortaleza. E ainda é preciso superar os problemas antigos, como a

concentração de terras, de rendas, o alto índice de desemprego e baixa qualidade de vida de grande parte da população (BOLIGIAN; ALVES, 2016).

As atividades culturais movimentam a economia da região, mas, as principais atividades econômicas estão relacionadas com a criação principalmente de caprinos, a pecuária e ao cultivo da terra (ARAÚJO; SILVA; GUIMARÃES, 2009).

Os pequenos produtores dependem dos recursos naturais, devido à falta de aparatos tecnológicos que possibilitem superar tais dificuldades. A estrutura fundiária é outro fator limitante, pois, no Semiárido Nordestino, 90% do número de estabelecimentos têm áreas inferiores a 100 ha de terra. Tudo isso resulta em um baixo desempenho agropecuário, resultando em uma limitada oferta de produtos com pouca inserção no mercado e um baixo padrão de vida. A grande quantidade de minifúndios revela a dependência dos trabalhadores e famílias que deles precisam para sobreviver, não assegurando uma renda suficiente para garantir uma vida mais dignas às famílias.

A pobreza da região é sempre relacionada às condições naturais. Castro (1992) deixa claro que a falta de desenvolvimento da região está intrinsecamente relacionada ao conservadorismo dos políticos locais, que faziam uso das políticas de combate a seca para seu benefício próprio, conseqüentemente tornando as classes menos favorecidas, dependentes de favores locais, um conservadorismo político:

A análise das articulações políticas a nível local e nacional indicou tanto o conservadorismo das alianças políticas nordestinas como a sua especificidade e, algumas vezes, independência frente ao poder. As tentativas de modernização na região eram frequentemente solapadas por coalizações que envolviam conservadores locais e nacionais (CASTRO, 1992, p. 72).

A autora deixa claro que as classes dominantes da região, são, portanto, responsáveis pelo atraso do Nordeste, a preservação agrária e o poder político eram duas faces da mesma moeda.

Entre os órgãos de combate à seca, destaca-se a Comissão de Estudos e Obras Contra os Efeitos da Seca e Superintendência de Estudos e Obras Contra os Efeitos da Seca no ano de 1904, marcando o início institucional de combate à seca no país. Em 1909 a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), tinha como objetivo a iniciação de obras permanentes, projetos de açudagem, objetivando minimizar as calamidades causadas pelos períodos de estiagem (TRAVASSOS; SOUZA; SILVA, 2013).

Já em 1919, a IOCS passou a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e em 1945 passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

(DNOCS). Em 1957, o Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), se responsabilizou pela elaboração de um plano de trabalho em favor da região, fazendo levantamento de questões regionais, apresentando o estudo desenvolvido ao presidente Juscelino Kubitschek em 1959. No mesmo ano, surge a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgão instituído para supervisionar o DNOCS, criando intervenções desenvolvimentistas que enfatizam projetos de aproveitamento da água (TRAVASSOS; SOUZA; SILVA, 2013).

De acordo com Travassos, Souza e Silva (2013), as primeiras iniciativas governamentais foram propostas assistencialistas que implementaram medidas emergenciais, como construção de poços e barragens, utilização de carros-pipas para distribuição de água para a população. As estratégias de perfuração de poços e ações hidráulicas para armazenamento de água se concentravam em propriedades privadas de grandes latifúndios, tornando assim as classes menos favorecidas dependentes dos grandes latifundiários da época. Definindo-se a lógica da “indústria da seca”, o poder político favorecia assim os grandes coronéis, fazendo disso um negócio, essa estrutura refletiu o político da seca, que sustentou relações de poder na região.

Em 1950, os estudos realizados pelo Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) comprova a ineficácia das políticas de combate, pois consistiam em iniciativas frustradas. Ao buscar combater a seca, fomentava-se a ideia de que todas as mazelas da região e o subdesenvolvimento eram devido ao fenômeno climático.

Por volta de 1959, o DNOCS configurou-se como um dos únicos órgãos do governo federal na execução de ações de combate à seca, posteriormente, através da Lei 3.692/1959, a SUDENE foi instituída para supervisionar o DNOCS, com ações desenvolvimentistas enfatizando projetos de aproveitamento da água. A partir de então, a SUDENE passou a atuar com o DNOCS e o GTDN, buscando novos programas que minimizassem os impactos causados pela seca, enfatizando a análise da realidade.

Os autores supracitados destacam a ineficácia de ações em combate à seca e as primeiras ações que se concentraram entre a década de 1950 e 1970 foram tentativas inválidas. Nesse contexto, novas ideias sobre a convivência com a seca passam a ser reformuladas, incentivos à economia, sustentabilidade e proporcionar condições socioeconômicas para adaptação da população local são medidas de desenvolvimento para a região.

As tentativas ineficazes de combate à seca levaram autores e músicos da região a voltarem-se para a problemática, gerando assim discursos enraizados de que os problemas e

atraso da região semiárida sempre estiveram relacionados com a seca. Albuquerque (2008), diz que a paisagem nordestina não é apenas seca, mas que pelo discurso repetitivo os autores continuavam a descrever essa paisagem, pois que continuaria a ler um texto que ao descrever a região não incorporasse os elementos de sua paisagem que a distinguiam das demais e que lhe dava singularidade e personalidade, imagem que se difunde como verdade e que será abordada na seção seguinte.

### **3.2 A imagem sertaneja e a imagem que se tem do Semiárido Nordestino**

O discurso de seca sobre o Semiárido Nordeste não se restringe apenas as esferas políticas e intelectuais, como apresentado anteriormente. Castro (1992), deixa claro que o discurso repetitivo de que a seca era causadora de todas as mazelas e atraso da região eram estratégias de uma elite conservadora que tinha como objetivo receber recursos e consequentemente manter-se no poder.

Os discursos que se disseminaram em textos, músicas e produções bibliográficas produziram uma imagem de um Nordeste de atrasos, de misérias e alvo de preconceitos. Silva (2012) faz uma análise do Nordeste nos livros nos anos de 1905-1950 e constata que muitos discursos e imagem que trazem como representação dessa região não é o real, mas o que se quer passar por realidade, portanto não são expressões da realidade. Os livros acabavam sempre homogeneizando a região a partir de imagens da seca, da aridez, do homem marcado pela natureza rústica, áspera. A região era apresentada nesses livros desenhando e descrevendo a mesma com imagens que limitavam a pensar apenas como um espaço de seca e de sofrimento:

[...] Na construção da ideia de Nordeste um feixe de imagens e concepções acaba sendo forjado ao longo do seu processo histórico. Nesse sentido, o que chama atenção é a reprodução das estratégias de poder presentes nessa construção identitária, através destes discursos (SILVA, 2012, p. 106).

As imagens apresentadas nos conteúdos tinham como finalidade afirmar a narrativa do autor, tornando-se representações reais da região e davam destaque a algumas regiões em detrimento de outras como exemplo o Ceará, que sempre era tratado com maior relevância nesses livros, aponta a autora.

Segundo Albuquerque (2009), a imagem do Nordeste foi surgindo aos poucos, por meio de discursos artísticos, jornalísticos, científicos e literários e ganhando força em obras

como *Os Sertões* (1906) de Euclides da Cunha, Graciliano Ramos com seu livro *Vidas Secas* em (1938):

O Nordeste é uma criação imagético-discursiva cristalizada, formada por tropos que se tornam obrigatório, que impõe ao ver e ao falar dele certos limites. Mesmo quando as estratégias que orientam os discursos e as obras de arte são politicamente diferenciadas e até antagônicas, elas lideram com as mesmas mitologias, apenas colocando-as em outra economia discursiva (ALBUQUERQUE, 2009, p. 2017).

Conforme Silva (2014), o Nordeste vem apresentando outras características de avanço em suas representações, mas não deixa de enfrentar os preconceitos e discursos disseminados ao longo do tempo, assim como imagens cristalizadas, como afirma Albuquerque (2009). O mesmo autor, em sua obra *Nos Destinos das Fronteiras* (2008), deixa claro que os próprios nordestinos costumam colocar-se constantemente como derrotados, e que as discriminações não são postas de fora, apontando também que a grande centralidade voltada para a seca, torna a questão da desertificação da Caatinga um tema esquecido.

A imagem de rusticidade do Nordeste foi se expandindo ao longo dos anos em obras e narrações que apresentavam a região como sinônimo de sofrimento e atraso devido à escassez de água enfrentada na região, problemática essa que sempre foi tratada com práticas assistencialistas e não com políticas desenvolvimentistas.

Apesar de ser uma região rica em seus aspectos culturais, o Nordeste ainda é tratado como inviável. O que ocorre é que durante muito tempo as políticas sempre foram assistencialistas e destinadas a assistir aos mais ricos, mas essas ações nunca tiveram como objetivo resolver o problema. Vistas sempre como atos de bondade, elas eram criadas para manter povo dependente dos grandes proprietários de terras e ações com intencionalidades sempre ligadas ao voto, com objetivo de manter sempre as mesmas pessoas ou grupos no poder.

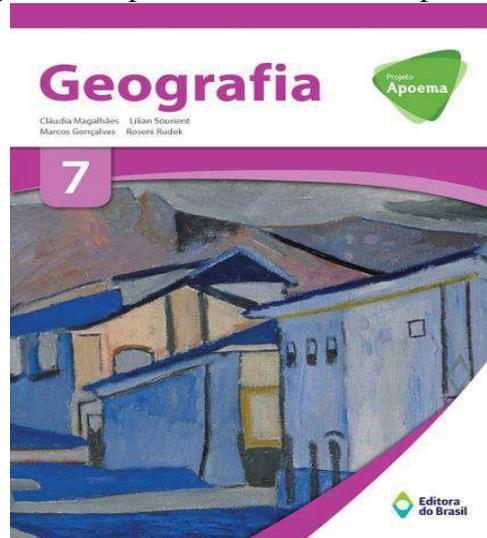
Portanto, através dessas políticas, muitos agricultores continuam trabalhando em terras alheias sendo explorados no sistema que recebe o nome de "indústria da seca", no qual em cada seca ocorrida, os ricos tornavam-se mais ricos, e aos pobres restava apenas submeter-se a situação ou migrar. Diante de tudo isso, será abordado no próximo capítulo como vem sendo apresentado o Semiárido Nordestino em duas obras na segunda etapa do ensino fundamental.

## 4 O NORDESTE BRASILEIRO NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Neste capítulo analisamos a Região Nordeste em duas obras didáticas dos anos finais do ensino fundamental da rede pública de ensino, aprovadas pelo PNLD. Silva (2008), em sua dissertação de mestrado, aponta que os livros didáticos tratam essa região com uma visão generalista, dando mais ênfase aos aspectos físicos e econômicos, deixando de lado os aspectos culturais e sociais, não mostrando suas especificidades. Portanto, observa-se como está apresentada a sub-região Sertão dentro do Nordeste, quanto à cultura, imagem e a linguagem, além dos requisitos citados anteriormente atenta-se principalmente para a problemática da seca, se a mesma é apresentada com negativismo e as imagens que estão dispostas nessa sub-região.

### 4.1 Primeira obra analisada: Projeto Apoema Geografia

**Figura 1.** Capa do livro didático: Apoema Geografia



Fonte: Imagem do Autor

Cláudia Magalhães é bacharel e licenciada em Ciências Sociais e professora da rede particular de ensino, Lilian Sourient é bacharel e licenciada em Ciências Sociais e professora da rede particular de ensino, Marcos Gonçalves licenciado em Geografia e em Filosofia, com licenciatura plena em História e professor da rede municipal e particular de ensino e Roseni Rudek licenciada em Geografia e professora da rede particular de ensino. A obra “Apoema Geografia” classifica-se entre as mais distribuídas, ocupando o 9º lugar, sendo distribuídos 378.416 exemplares. Apoema é uma palavra da língua tupi que significa ‘aquele que vê mais

longe'. O Nordeste é a primeira região apresentada na coleção *Apoema Geografia* do 7º ano e ao tratar das regiões brasileiras, na abertura do capítulo os autores apontam os contrastes naturais, econômicos e sociais. Destacando a importância da mesma para a metrópole portuguesa:

Principalmente no litoral nordestino, o cultivo da cana-de-açúcar encontrou condições favoráveis para seu desenvolvimento: clima quente e úmido e terra argilosa e fértil, conhecida como solo massapê. A região se tornou o centro econômico e político da América Portuguesa. Em 1549, Salvador, atual capital do estado da Bahia, tornou-se capital do Brasil imperial. As cidades de Recife e Olinda, localizadas no atual estado de Pernambuco se destacaram nesse período. Nos primeiros séculos de colonização, o Nordeste era a região que produzia mais riquezas para a metrópole portuguesa e concentrava um grande número de habitantes na faixa litorânea. Paralelamente ao cultivo da cana-de-açúcar, desenvolveu-se nessa região uma agricultura de subsistência, o cultivo do tabaco e a criação de gado. (MAGALHÃES, *et al*, 2015, p.93)

Os autores apontam a importância dessa região que foi a base da economia brasileira durante os séculos XVI e XVII. Já no tópico que trata as questões sociais, dá-se ênfase a má distribuição de terras e rendas, conseqüentemente resultando em movimentos migratórios, atraídos pelas oportunidades de emprego nas demais regiões do país. “A má distribuição de terras e de renda aflige boa parte da população do Nordeste, dando origem a movimentos migratórios em direção às áreas mais desenvolvidas, como as capitais dos estados nordestinos e outras regiões do país” (MAGALHÃES, *et al*, 2015, p. 97). É importante o destaque que é dado para a falta de políticas públicas para as áreas que praticam a agricultura, evitando assim a saída da população. Os autores foram felizes ao dar ênfase a essas questões, deixando claro que já existem essas políticas, mas que ainda não são suficientes:

Em virtude da seca, ainda hoje existem áreas de repulsão, pois, nesse período, a população fica sem trabalho. Para evitar a saída da população, seriam necessários mais investimentos nas áreas que se pratica a agricultura. Embora existam projetos de irrigação, plantio e frentes de trabalho no Sertão, essas iniciativas ainda não fornecem emprego suficiente para a população. (MAGALHÃES, *et al*, 2015, p. 97).

Não relaciona a seca como fator principal à desigualdade da região e não atribui esses problemas apenas ao Nordeste, mas também as demais regiões do Brasil, também traz como comparação a sub-região Zona da Mata, mostrando que não só apenas o Sertão enfrenta problemas com a pobreza:

Costuma-se atribuir à seca os baixos indicadores sociais do Nordeste. A relação seca-pobreza, porém, não é suficiente para explicar esses problemas, que também ocorrem na Zona da Mata, região relativamente úmida, que se estende pelo litoral.

Entre as causas da pobreza e da miséria está a concentração de riqueza nas mãos de poucas pessoas, opondo-se à baixa renda da maioria da população. A concentração de renda e anos de descaso das políticas públicas na área da saúde contribuíram para as diferenças entre as taxas de mortalidade infantil nessa região comparada às demais regiões brasileiras, entre outros problemas. Nos últimos anos, investimentos públicos têm contribuído para a redução desses indicadores. Outra questão que precisa ser melhorada no Nordeste, assim como nas demais regiões brasileiras, é o investimento em saneamento básico, principalmente na canalização e no tratamento de esgoto (MAGALHÃES, *et al*, 2015, p. 97).

Os problemas não são apresentados como únicos na região, mas de todo o país, como o exemplo do saneamento básico citado. Expor isso é bom, pois deixa de apresentar a região como sinônimo de atraso, ficando perceptível e claro que desigualdade social existe em todo o território brasileiro. A cultura é retratada com singularidade, apontando as diversas manifestações, herdada pelos indígenas, pelo colonizador português e pelos africanos, possibilitando grande miscigenação étnica e cultural. O bumba-meu-boi, carnaval baiano, músicas, dança, cordel, culinária, artesanato, sisal e barro, lendas e o secretismo religioso são exemplos de culturas da região que são abordadas no conteúdo presente no livro:

Assim como nas demais regiões do país, o Nordeste apresenta riqueza cultural. A presença do colonizador português, o grande número de africanos trazidos para trabalhar nos engenhos de cana-de-açúcar e os primeiros habitantes da região - diferentes grupos indígenas - possibilitaram uma grande miscigenação na formação étnica e cultural do povo nordestino. São inúmeras as manifestações culturais do Nordeste, que tem um dos folclores mais diversificados do Brasil (MAGALHÃES, *et al*, 2015, p. 99).

De acordo com Silva (2008), um dos mais eficazes meios de se preservar a diversidade cultural do Nordeste são os livros didáticos. Eles podem se constituir em um dos meios mais eficazes na luta pela singularidade cultural da região, cultura que foi homogeneizada por discursos regionalistas da elite e por intelectuais que fortaleceram com seus discursos a homogeneização da mesma. Para o autor, uma das saídas para que esse estereótipo fosse cancelado seriam os livros didáticos. E nesse ponto os autores trouxeram essa diversidade cultural bem clara e com particularidade.

As paisagens naturais são expostas retratando a diversidade “O Complexo Regional do Nordeste’ apresenta grande diversidade de paisagens naturais. Apesar de muitas pessoas relacionarem essa região com a seca e o solo árido, suas características naturais são bastante diversificadas” (MAGALHÃES, *et al*, 2015, p. 103).

O relevo e hidrografia são apontados em um tópico separado, dando destaque ao Rio São Francisco como o mais importante e utilizado para geração de energia elétrica, e o relevo formado basicamente por planícies e tabuleiros litorâneos e no interior as depressões e os

planaltos. Entre os planaltos e as chapadas destacam-se o da Borborema e o da Bacia do Parnaíba, já as depressões mais importantes são a Depressão Sertaneja e a do São Francisco.

Ao falar do Sertão, o tema tem como abertura uma citação do autor Jorge Amado:

Os arbustos ralos elevam-se por léguas e léguas no Sertão seco e bravio, como um deserto de espinhos. Cobras e lagartos arrastam-se por entre pedras sob o Sol escaldante do meio-dia [...]. Os espinhos se cruzam na Caatinga... a seca, o espinho e o veneno, a carência de tudo, do mais rudimentar caminho, de qualquer árvore de boa sombra e de sugosa fruta. (AMADO, 1986, p. 55 apud MAGALHÃES, *et al* 2015, p. 121)

Como afirma Silva (2008), os discursos de um Sertão Seco se afirmam e reafirmam ainda na atualidade, ao abrir a seção do conteúdo com um trecho de Jorge Amado atribuindo ao Sertão, apenas características de dificuldades, seca e uma sobrevivência quase impossível.

Atribuindo ao Sertão a maior parte das terras do Nordeste, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande Norte, Alagoas, Sergipe, Bahia, Piauí, Maranhão e em todo território do Ceará (MAGALHÃES, *et al*, 2015, p. 121). Não atribui o estado de Minas Gerais, que segundo a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em seu critério de delimitação classifica uma porção desse estado como Semiárido Nordestino (SUDENE, 2017). Magalhães, *et al* (2015, p. 122), destacam o valor econômico da Caatinga:

Além do destaque quanto à biodiversidade, algumas espécies da Caatinga possuem importância econômica. Espécies como pau-ferro, a catingueira-verdadeira, a catingueira-rasteira, a canafístula, o mororó e o juazeiro são utilizados como alimento para caprinos, ovinos, bovinos e muares. Entre as frutas destacam-se o ambu, o araticum, o jatobá, o murici e o lucuri e, entre as espécies medicinais, a aroeira, a braúna, o quatro-patacas, o pinhão, o velame, o marmeleiro, o angico, o sabiá e o jericó, entre outras.

Percebe-se então o destaque dado ao bioma Caatinga, com variada fisionomia florestal, arbustiva e herbácea, atribuindo a ela valores econômicos e medicinais. A economia baseia-se principalmente na pecuária extensiva para o corte, os autores apontam que a criação de bois expandiu-se paralelamente à produção de açúcar e teve início em meados do século XVI e o algodão nos séculos XVIII e XIX. Além da criação de gado e o cultivo de algodão que até hoje são atividades importantes que vem se desenvolvendo no Sertão, a fruticultura se sobressai:

[...] especificamente no Vale do São Francisco, a fruticultura, cultivo de diversas espécies de frutas, explorada por grandes empresas nacionais e internacionais. O fator que possibilitou a prática agrícola em uma região tão árida foi a irrigação de terras junto a vales fluviais. Grande parte da produção de uva, manga, melão e abacaxi é destinada ao mercado externo. Todas essas atividades contribuíram para o

desenvolvimento da região, mas também trouxeram prejuízos ambientais, como desmatamento acelerado, principalmente por causa do consumo de lenha nativa para fins domésticos e industriais, e a criação de áreas para pastagens agrícolas (MAGALHÃES, *et al*, 2015, p. 122).

A economia foi apresentada salientando a importância internacional dos produtos cultivados na região e apresentando ainda as consequências, aspecto de relevância para esse bioma que ainda é tão explorado sem preocupação quase nula quanto ao desmatamento. A questão da seca é apresentada em um tópico separado, sendo denominado como um fenômeno natural do Sertão nordestino, caracterizado pelo atraso ou distribuição irregular de chuvas na região, trazendo letras de canções que retratam esse tema.

Explicando que a irregularidade das chuvas é resultado de vários fatores, tais como temperatura elevada, alto índice de evapotranspiração, pouca influência das massas de ar úmidas e frias provenientes do sul do país, a brisa marítima, que provoca chuva no litoral, não é forte o suficiente para provocar chuvas no sertão e ainda o tipo de relevo, com depressão situada entre dois planaltos e solo raso, apresentando baixa capacidade de infiltração, não permite que a água acumule, escoando pela superfície. “Se a seca é um fator natural do Sertão, a pobreza e a miséria não o são. Elas são provocadas pela concentração de renda e de terras nas mãos de poucos, além dos desvios de dinheiro público, que deveria ser aplicado na região” (MAGALHÃES, *et al*, 2015, p. 126).

É importante ressaltar esse trecho citado anteriormente e como ele pode trazer criticidade, não atribuindo à pobreza as dificuldades enfrentadas pela problemática da seca, mas sim a falta de políticas públicas desenvolvimentistas e aos desvios de dinheiro.

A imagem apresentada a seguir traz uma perspectiva de seca, reforçando discursos de que o Sertão é apenas a escassez de água. A linguagem utilizada na seção que retrata a seca, aborda a sub-região com desenvolvimento e relevância em seus produtos internacionalmente, mas, no entanto, a imagem disposta é de uma casa de pau a pique, deixando a entender que significa pobreza, devido a imagem que sempre foi apresentada pelas mídias como discurso de verdade. Entendemos que, existe o atraso, mas também o desenvolvimento, portanto, a imagem pode ocasionar dupla interpretação, sendo claro a exposição da Caatinga seca, mas é explícito também a pobreza.

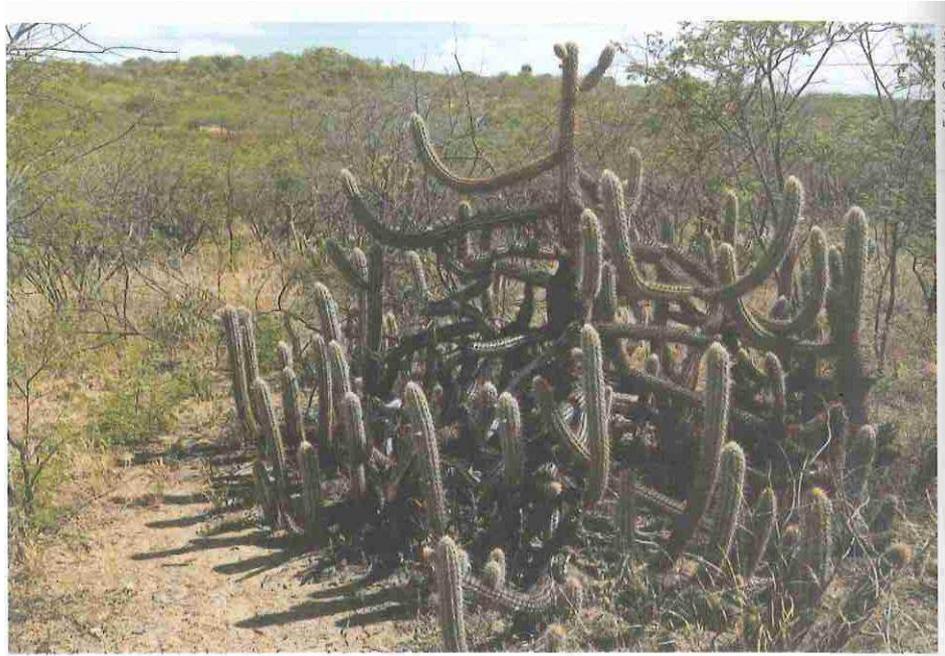
**Figura 2.** Pedra Branca (CE)



**Fonte:** Magalhães, et al (2015, p. 125).

Outro ponto que merece atenção ao analisar as imagens dispostas nessa seção é a apresentação da Caatinga apenas no momento de estiagem, período em que grande parte das plantas perde suas folhas, como uma das estratégias de sobrevivência, mas não traz a vegetação exuberante, com as folhagens verdes, no período chuvoso.

**Figura 3.** Xiquexique em Campo Redondo (RN), 2014



**Fonte:** Magalhães, et al (2015, p. 122).

**Figura 4.** Mandacaru em Bom Jesus da Serra (BA), 2014



**Fonte:** Magalhães, *et al* ( 2015, p. 122)

Essas imagens estão dispostas na seção que trata da Caatinga, apresentando ao leitor apenas uma vertente dessa vegetação, deixa oculto tanto na linguagem como nas imagens que, a Caatinga é exuberantemente verde no período chuvoso. Seria uma ótima oportunidade para apresentar a grande capacidade de regeneração dessa vegetação tão resistente e rica.

## 4.2 Segunda obra analisada: Vontade de saber geografia

**Figura 5.** Capa do Livro: Vontade de Saber Geografia



**Fonte:** Imagem do Autor

Neiva Camargo Torrezani é professora graduada e bacharel em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR), especialista em análise e educação ambiental em Ciências da Terra pela Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR), atuou como professora de Geografia em escolas da rede particular de ensino.

Torrezani (2015) aborda a região dando centralidade as questões pertinentes ao Sertão, abre o capítulo apresentando cada estado quanto a sua área territorial e número de população: Maranhão com 6,8 milhões de habitantes e área de 332 mil km<sup>2</sup>, Piauí 3,1 milhões de habitantes e 251 mil km<sup>2</sup>, Ceará 8,8 milhões de habitantes e 149 mil km<sup>2</sup>, Rio Grande do Norte 3,4 milhões de habitantes e área de 53 mil km<sup>2</sup>, Paraíba com 4 milhões de habitantes e 56 mil km<sup>2</sup>, Pernambuco 9,2 milhões de habitantes e 98 mil km<sup>2</sup>, Alagoas 3,3 milhões de habitantes e 28 mil km<sup>2</sup>, Sergipe 2,2 milhões de habitantes e 22 mil km<sup>2</sup> e Bahia com 15 milhões de habitantes e 565 mil km<sup>2</sup>. Destaca a extensão territorial da região nordeste e aponta que é ela que reúne o maior número de estados.

Ao abordar o clima, Torrezani foi sucinta, pois apresenta a variedade de climas, mas não se estende:

A região Nordeste possui uma variedade de climas que, embora sejam predominantemente marcados por temperaturas elevadas, apresentam regimes de chuvas diferentes.

Em algumas áreas na faixa litorânea, onde prevalece o clima tropical úmido, as chuvas atingem aproximadamente 2 400 milímetros anuais; já em direção ao interior, as precipitações reduzem-se e, em grande parte do Sertão, o volume de chuvas registrado fica em torno de 750 milímetros anuais. (TORREZANI, p.158, 2015).

Na hidrografia, destaca-se que a região é fortemente influenciada pela escassez de chuvas e a estiagem em períodos prolongados do ano faz com que águas de muitos rios temporários desapareçam de seus leitos. Durante esse período, a população busca outros meios para obter água, por exemplo, recorre a poços, de onde retiram água de aquíferos (TORREZANI, 2015).

Quanto à população, a região destaca-se como a segunda mais populosa do Brasil, com cerca de 56 milhões de habitantes, distribuindo-se de maneira irregular pelo território da região. As áreas menos povoadas encontram-se no interior, na sub-região Sertão e no Meio-Norte, as áreas mais populosas estão localizadas próximas ao litoral, na Zona da Mata e no Agreste. Na Zona da Mata, o grande número de pessoas justifica-se pela busca de empregos tanto no setor industrial e de prestação de serviços no espaço urbano quanto nas lavouras de

cana-de-açúcar e cacau no espaço rural, atraindo assim pessoas do interior. Torrezani esclarece que:

Embora muitos nordestinos ainda migrem para outras regiões do Brasil, a partir do final do século XX houve uma redução desse fluxo migratório. As migrações atuais ocorrem, na maioria das vezes, dentro da própria região do Nordeste, partindo principalmente do interior para o litoral, sobretudo para as capitais dos estados. (TORREZANI, p. 168, 2015).

Na economia, destaca a maior participação do Agreste e da Zona da Mata. Elas apresentam as maiores concentrações populacionais e de geração de riqueza, porém o Sertão mostra-se pouco povoado e com pequena participação no Produto Interno Bruto (PIB) regional. Destaca também os incentivos fiscais, atraindo assim um número considerável de indústrias para estados nordestinos. Apenas três deles: Bahia, Ceará e Pernambuco são responsáveis por aproximadamente 63% do produto interno bruto regional. Ressalta que a região nordestina possui o terceiro maior parque industrial do Brasil, posição que decorre de uma série de fatores como incentivos fiscais oferecidos pelos governos estaduais e municipais e a disponibilidade de mão de obra barata (TORREZANI, 2015).

A agropecuária apresenta 16% do total de riquezas no Nordeste e emprega numerosa mão de obra. Na Zona da Mata prevalecem as culturas de frutas tropicais, como caju, a manga e o mamão e, principalmente, as lavouras de monoculturas de cana-de-açúcar, cacau e fumo. No Agreste, predominam pequenas e médias propriedades rurais onde é desenvolvida a policultura. No Sertão, a agricultura é desenvolvida, sobretudo nos brejos, áreas que apresentam umidade e solos férteis, favorecendo o desenvolvimento de diferentes tipos de culturas como milho, feijão e arroz. Grande parte das atividades agrícolas desenvolvidas no Sertão ainda é realizada com o emprego de técnicas antigas. No Meio-Norte podemos encontrar lavouras de arroz, mandioca e algodão. Grande parte da pecuária desenvolvida na região Nordeste é realizada de maneira extensiva com o gado criado solto e alimentação baseada, principalmente, em pastagens. No Agreste, a criação bovina está voltada, principalmente, para o fornecimento de leite e derivados. No Sertão, a criação de gado é a principal atividade econômica. A pecuária caprina e ovina também é praticada na região Nordeste desde a colonização. Esse fato se deve, principalmente, a fácil adaptação desses animais ao clima quente e a vegetação da Caatinga existente na região (TORREZANI, 2015).

Torrezani ressalta ainda a agricultura irrigada na região Nordeste, a região é classificada como a primeira produtora nacional de frutas, como manga, abacaxi, mamão e banana. Em áreas onde a técnica de irrigação é utilizada, a produtividade é três vezes maior

que em áreas sem irrigação. Como atividade econômica, ela frisa a importância da atividade turística também, uma das maiores potencialidades da região, correspondendo a 10% do PIB regional e emprega grande número de trabalhadores:

A presença de aproximadamente 3 300 km de praias e o clima quente e agradável praticamente o ano todo, associados às belas paisagens, à expressão cultural por meio de artesanatos e da culinária regional, têm contribuído para que essa região seja o destino de um grande número de turistas brasileiros e estrangeiros (TORREZANI, p. 173, 2015).

É de grande relevância para a região ressaltar as riquezas naturais, onde cerca de 23 milhões de pessoas são atraídas para os estados nordestinos em busca do turismo. Com objetivo de dinamizar ainda mais a atividade turística no Nordeste, os governos estaduais, em parceria com algumas empresas privadas, têm investido recursos em infraestrutura e benfeitorias. (TORREZANI, 2015).

Ao falar das sub-regiões Torrezani (2015), apresenta apenas um pouco da vegetação e economia de cada uma, estendendo-se ao falar do Sertão. O Meio-Norte, localizado entre o Sertão e a Floresta Amazônica, desenvolve-se a vegetação de Caatinga nas áreas que ficam mais próximas ao Sertão. Já na porção Oeste, predomina a vegetação densa e úmida da Floresta Amazônica. A área central é ocupada, em sua maior parte, pela vegetação conhecida como Mata dos Cocais, composta principalmente por palmeiras, babaçu e carnaúba. Quanto às atividades econômicas, predominam o extrativismo e recentemente tem avançado a pecuária extensiva.

O Sertão ocupa grande parte da área do Nordeste. Essa sub-região corresponde, praticamente, à extensa área de ocorrência do clima Semiárido no interior nordestino, onde se desenvolve a Caatinga, vegetação adaptada a longos períodos de estiagem:

Na escassez das chuvas, a vegetação de Caatinga apresenta galhos secos, espinhosos e sem folhas. Já nas estações chuvosas, as plantas da Caatinga cobrem-se de folhas verdes, transformando a paisagem. No Sertão, além da pouca quantidade de chuva, a sua irregularidade constitui um problema ainda maior, pois, quando ocorrem as precipitações, elas geralmente se concentram em poucos meses do ano (TORREZANI, p. 161, 2015).

Expor os dois lados da Caatinga é ponto positivo ao apresentar essa vegetação, pois não é comum, mas é importante para o entendimento de que ela possui essas duas versões.

**Figura 6.** Paisagem da Caatinga, município de Buíque em Pernambuco



**Fonte:** Torrezani (2015, p.161).

A autora discorre sobre a estação chuvosa e esclarece que a vegetação se cobre de folhas verdes, mas a imagem apresentada é da vegetação em período de estiagem, portanto, fica apenas no discurso, a imagem da Caatinga coberta por folhas verdes não é exposta.

O Agreste possui formação vegetação de cada uma das sub-regiões vizinhas, constituindo uma transição entre Zona da Mata e o Sertão. A ocupação humana é diversificada, predominam pequenas propriedades. As porções mais úmidas dedicam-se à policultura com cultivos de feijão, milho e mandioca, já nas áreas mais secas se destinam, principalmente, à pecuária (TORREZANI, 2015).

A Zona da Mata abrange a porção leste, constitui a área mais povoada e com maior desenvolvimento econômico do Nordeste, após séculos de expansão de lavouras monocultoras, como cana-de-açúcar e o cacau, o clima úmido propiciou o desenvolvimento da densa Floresta Tropical que nessa área também é denominada Mata Atlântica (TORREZANI, 2015).

A autora não se prolonga ao abordar as sub-regiões com exceção do Sertão. Essa sub-região tem uma maior atenção no capítulo, com temas como: O regime de chuvas no Sertão; A ocorrência da Seca no Sertão, a convivência com a seca; e A transposição do Rio São Francisco.

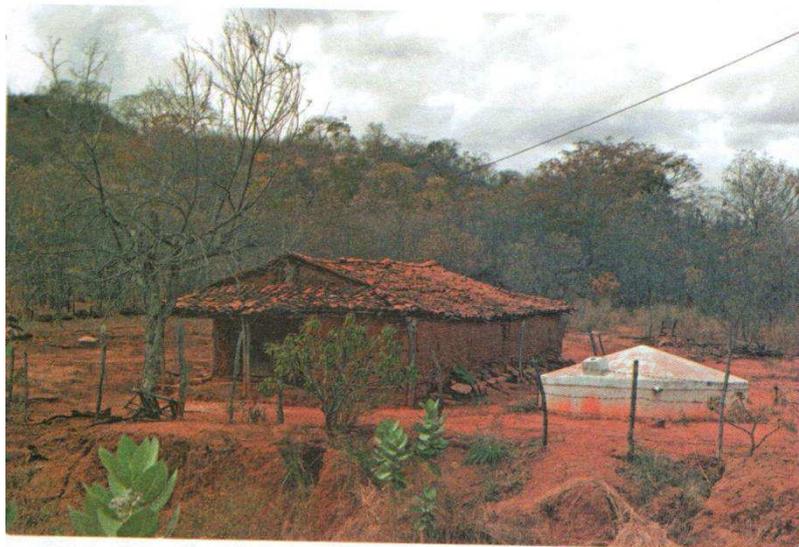
Sobre o tema regime de chuvas no sertão, Torrezani (2015), discorre dizendo que, o volume de chuvas registrado durante o ano é de aproximadamente 750 milímetros. No entanto, existem áreas, principalmente onde predomina o clima Semiárido, em que a quantidade de precipitação é ainda menor, muitas vezes, não ultrapassa 500 milímetros.

Atribuindo a irregularidade das chuvas no Semiárido, dois fatores naturais, o deslocamento das massas de ar e a interferência do relevo regional:

Ao longo do seu percurso, as massas de ar que atuam na região Nordeste podem perder tanto a umidade original, passando a apresentar características de massas secas, quanto a força, não conseguindo chegar até o interior do Sertão. Esse fato interfere diretamente na ocorrência ou não de chuvas no semiárido nordestino e, conseqüentemente, no acontecimento do fenômeno seca. (TORREZANI, p.162, 2015).

É relevante a unidade entre o deslocamento da massa de ar e o encontro com relevo, levando a compreender que tudo se correlaciona. Torrezani trata da ocorrência da seca, esclarecendo que, a ausência de chuvas prolongadas de um ano para outro, estendendo-se por um período maior que o normal, se denomina período de seca. Podendo ser agravadas nos anos que ocorre o fenômeno EL Niño, esse fenômeno modifica a dinâmica das massas de ar e o aquecimento das águas do oceano Pacífico. Essa mudança acarreta alterações climáticas em várias regiões do planeta, como chuvas em excesso no Sul do Brasil e secas prolongadas no Nordeste brasileiro. Nesse tópico é apresentado uma imagem:

**Figura 7.** Catunda no Ceará, 2014



**Fonte:** Torrezani (2015, p.164).

Na legenda da imagem anterior, mostra a paisagem na cidade de Catunda, no estado do Ceará, localizada nos domínios do Sertão. O que é bastante explícito é a imagem de um sertão de atraso que persiste ainda em aparecer. A imagem dispostas apresentam uma contradição entre o discurso, deixando sempre entre linhas essa região como sinônimo de atraso e pobreza.

Ainda no mesmo tópico, segue esclarecendo o que foi a delimitação do Polígono das Secas, criado entre os anos de 1936 e 1951 pelo governo federal: trata-se de uma área com pouco mais de 950 mil km<sup>2</sup>, que compreende, aproximadamente, dois terços da região Nordeste e parte do norte de Minas Gerais, mas, deixa claro que os programas de governo em combate a seca se restringem apenas a essa delimitação, mas há áreas além delas visivelmente tão ou mais prejudicadas pela falta de chuvas e de recursos.

Ao abordar o tema convivência com a seca, Torrezani (2015), retrata as dificuldades dos sertanejos enfrentadas por eles para criar animais e o desenvolvimento das lavouras, ocasionado pela carência de água e alimentos. Ao falar sobre as medidas governamentais para amenizar os efeitos, ela diz que:

Para tentar amenizar os problemas causados pela seca, programas governamentais têm ajudado as populações que convivem com esse fenômeno natural. No entanto, muitas vezes não são as pessoas afligidas pela seca que desfrutam desses investimentos. Grandes proprietários de terras e empresários, situados em áreas não abrangidas pelas secas, como a Zona da Mata, apropriam-se desses recursos e beneficiam-se deles. (TORREZANI, p. 165, 2015).

Trazendo criticidade ao tema e esclarecendo por que as medidas nem sempre atendem aos que mais necessitam delas:

Essa situação, conhecida por **indústria da seca**, é alimentada por uma minoria que estimula sua manutenção, a fim de continuar usufruindo de tais benefícios. Podemos afirmar que os problemas do Sertão nordestino estão relacionados, em grande parte, a questões políticas e sociais, e não apenas nos fatores naturais como a seca. (TORREZANI, p. 165, 2015).

Torrezani (2015) deixa claro o jogo de interesses que existe por trás de toda essa dinâmica de desvios e da indústria da seca. Um questionamento que traz criticidade a essa problemática, fazendo entender que não é apenas um fenômeno natural, mas social de interesse dos grandes proprietários, alimentar essa problemática, traz para eles resultados positivos.

Retrata também as medidas paliativas para a seca, executadas pelo governo federal, por meio de órgão público como o DNOCS, que trabalha com o objetivo de subsidiar ações que beneficiem as pessoas mais prejudicadas pelas secas. Estimula o desenvolvimento de atividades econômicas menos vulneráveis aos fenômenos climáticos da região como a prática da piscicultura e o cultivo de produtos tropicais com sistema de irrigação. Além disso, o governo vem executando obras de engenharia como a construção de açudes, poços artesianos, cisternas, pontes e estradas, alternativas que geram trabalho e renda, já as cisternas

proporcionam o armazenamento de 16 mil litros de água, que são mais eficientes para o abastecimento das famílias nos períodos de estiagem.

Ao expor o tópico que trata da transposição do Rio São Francisco, Torrezani aponta o orçamento, que Segundo o Ministério da Integração Nacional, é de aproximadamente 8,2 bilhões de reais para a conclusão da obra, e também expõe opiniões positivas e contrárias a medida. Os defensores acreditam que o projeto beneficiará 12 milhões de habitantes do Sertão, estimulando a agricultura irrigada e amenizando os impactos sociais das secas que assolam a região. Já os contrários dizem que:

O projeto é visto por algumas pessoas como mais um reforço à tradição de grandes obras com eficácia duvidosa já realizada na região Nordeste. Segundo elas, deverá causar sérios impactos ambientais ao Rio São Francisco, não beneficiar populações pobres em inúmeras comunidades mais isoladas e beneficiar, sobretudo os grandes proprietários rurais em detrimento dos pequenos agricultores da região. (TORREZANI, p. 166, 2015).

É bastante positiva a abordagem sobre as opiniões contrárias as obras, afirmando que existem pessoas que não acreditam nessa medida, expondo sua falta de confiança devido à tantas fraudes e as tentativas de amenizar os efeitos da seca, que só beneficiaram os grandes proprietários de terras.

Torrezani (2015) é sucinta ao falar das sub-regiões, com exceção do Sertão. Sobre essa sub-região, ela aborda as principais problemáticas, atividades econômicas e medidas paliativas para amenizar os efeitos da seca. Quanto ao Nordeste, no todo apresenta mais as perspectivas econômicas e traz uma temática positiva, que são as atividades turísticas que vem ganhando espaço e investimentos na região, mas, as imagens dispostas sobre o Sertão pouco desenvolvido persistem também nessa obra, ao abordar o tópico a ocorrência da seca no Sertão, expõe a imagem de uma casa de pau-a-pique para expor à seca, na cidade de Catunda no Ceará, evidenciando subdesenvolvimento da sub-região. A obra não fala sobre a diversidade cultural, tema tão importante que merecia destaque.

## 5 CONCLUSÃO

Observa-se nesta pesquisa que, mesmo diante de tantos avanços, ao abordar a região Nordeste, especificamente o Semiárido brasileiro, através das obras, foi possível perceber que, nem sempre a imagem diz o que deveria dizer e que as imagens de representação de um Nordeste atrasado ainda persistem. Ela traz objetivos que nem sempre estão perceptíveis, portanto, é imprescindível o papel da Geografia ao analisar imagens e o conteúdo didático.

Por ser uma sub-região vítima de preconceito disseminado pelas mídias, o Semiárido Nordestino passou a ser associado como símbolo do atraso e da miséria, tendo como principal fator o clima. Nas coleções analisadas fica claro que, os problemas sociais enfrentados pela região, são principalmente causados pela falta de políticas públicas de convivência com o Semiárido, apresentado o desenvolvimento econômico da região e até mesmo a importância do turismo para a economia, mas, as imagens dispostas, ainda apresentam essa região como símbolo de atraso, deixando oculta a imagem da Caatinga verde, apresentando apenas a mata branca.

A primeira coleção trata da diversidade cultural. “Projeto Apoema Geografia” de Magalhães, Souriente, Gonçalves e Rudek (2015), é abordado um Nordeste desenvolvido e o Sertão com significativo desenvolvimento, a cultura é retratada com ênfase e destaca as singularidades de cada sub-região, mas a imagem um, disposta anteriormente que pretendia apresentar a Caatinga em Pedra Branca no Ceará, acaba expondo de maneira subjetiva uma casa de pau-a-pique que traz um sentido duplo, levando a entender que a seca, a falta de água, são sinônimos de pobreza, já as demais imagens apresentam a Caatinga apenas no período de estiagem. Mas é bastante positiva a exposição das culturas, o levantamento crítico que é feito acerca da seca, mostrando que a falta de água não explica o atraso da região, mas a falta de políticas públicas.

Já a segunda coleção “Vontade de Saber Geografia” de Neuma Torrezani (2015) se prende mais aos aspectos econômicos apresentando o turismo como uma atividade que vem se desenvolvendo. É de grande relevância tratar de toda a importância econômica da região, mas, apresentar a diversidade cultural e as singularidades que a mesma tem, pois assim, é possível desmitificar um discurso tão enraizado, que tomou proporções convincentes de que essa sub-região está sempre atrelada à decadência, sabendo que pobreza, miséria e atraso estão presentes em todas as regiões do país. Então é possível perceber nas duas obras que nem sempre o discurso exposto condiz com as imagens e que essas imagens podem levar a interpretação de que o Sertão é um lugar de atrasos, mesmo quando a coleção manifesta em

sua linguagem escrita que essa sub-região tem desenvolvimento assim como as demais. A riqueza cultural e turística são alternativas para desmistificar essa convicção que foi implantada durante muito tempo em discursos e reafirmada com imagens que podem gerar dupla interpretação

Portanto, a análise das coleções didáticas, pretende trazer contribuições para o ensino de Geografia, percebendo que, mesmo diante de tantos avanços, os objetivos da imagem nem sempre são de mostrar o que realmente deveriam. No entanto, é preciso um olhar minucioso ao trabalhar essa região, tendo em vista que, a mesma é vítima de muitos preconceitos, sendo importante sempre, apresentar as características positivas da região, sendo possível através da percepção da riqueza e diversidade cultural da mesma, da importância turística que ela apresenta e toda a relevância da Caatinga para essa sub-região. É importante também destacar, a importância do papel do professor na construção de uma imagem positiva e detalhista dessa sub-região, tendo em vista que o livro didático não pode tudo e por isso é fundamental a contextualização do conteúdo feita pelo professor de Geografia.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AB' SABER, Aziz Nacib. Dossiê Nordeste Seco. 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/Eridan/Downloads/9474-Texto%20do%20artigo-12146-1-10-20120510.pdf>  
Acesso: 10. Abril. 2019.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009. 4 ed.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.
- ANGELO, Maria Deusia Lima. **Livros didáticos de geografia e seus autores: Uma análise contextualizada das décadas de 1870 a 1910 no Brasil**. 2014. 235 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- ARAÚJO, Regina; GUIMARÃES, Raul Borges; SILVA, Angela Corrêa da. **Observatório de geografia: Território brasileiro**. São Paulo: Moderna, 2009.
- BAPTISTA, Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. Caracterização do Semiárido Brasileiro. In: CONTI, Luiz Irio; SCHROEDER, Edni Oscar: Convivência com o Semiárido Brasileiro. Brasília: IABS, 2013. Disponível em: [http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/mostrar\\_bib.php?COD\\_ARQUIVO=17909](http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/mostrar_bib.php?COD_ARQUIVO=17909)  
Acesso em: 25. Abril. 2019.
- BATISTA, Ana Néri Cavalcanti. **Análise dos temas águas e recursos hídricos em livros didáticos de Geografia e práticas docentes no ensino médio de escolas públicas no Curimataú ocidental da Paraíba**. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. **Em Foco: História, produção e memória do livro didático**. Educação e Pesquisa, v. 30, n.3, Apresentação, Set/Dez. 2004.
- BOLIGIAN, Levon; Alves, Andressa. **Geografia espaço e identidade**. - 1. ed.- São Paulo: Editora do Brasil, 2016.
- BRASIL. **Caracterização do Semiárido Brasileiro**. 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014/caracterizacao-do-semiarido-brasileiro-1/#acontent> Acesso em: 10. Abril. 2019.
- CALLAI, Helena Copetti. O professor e a geografia ensinada nos anos iniciais. In: ALBUQUERQUE, Maria Adailza M. de.; FERREIRA, Joseane Abílio de S. **Formação, Pesquisa e Práticas Docentes: Reformas Curriculares em Questão**. João Pessoa: Editora Mídia, 2013.
- CASTRO, Iná Elias de. **Mito da Necessidade: Discurso e práticas do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros didáticos e das edições didáticas:** sobre o estado da arte. Educ. Pesqui. V 30. Set-Dez/ 2004. P. 549-566.

CORRÊA, Rosa Lygia Teixeira. **O livro escolar como fonte de pesquisa em história da educação.** Caderno Cedes. Ano XX, n. 52, p. 11-24, nov.,2000.

DESIDERIO, Raphaela de Toledo. **O ambiental nos livros didáticos de geografia: Uma leitura nos conteúdos de Geografia do Brasil.** 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FERRAZ, Maria Clara Souto. **O Sertanejo Nordestino- representações culturais brasileiras de resistência e de fé.** 2004. 121 f. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG). Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp075933.pdf> Acesso em 01. Maio.2019.

HOFFLING, Eloisa Mattos. **Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático.** Educação e Sociedade, 70, 2000.

LOPES, Lucineide Fábila Rodrigues de. **A região Nordeste nos livros didáticos de Geografia: Uma análise histórica.** 2009. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

MAGALHÃES, C; SOURIENT, L; GONÇALVES, M; RUDEK, R. **Projeto Apoema Geografia.** -2. ed.- São Paulo: Editora Brasil, 2015.

MANTOVANI, Kátia Paulilo. **O programa nacional do livro didático – PNLD impactos na qualidade do ensino público.** 2009. 126 f. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

MARCAPICA, Natália Salan. **As questões ambientais nos livros didáticos de diferentes disciplinas da quinta-série do ensino fundamental.** 2008. 183 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade de São Carlos, São Carlos.

MOLINA, Olga. **Quem engana quem: professor X livro didático.** Campinas: Papyrus, 1987.

NÓBREGA, Zulmira. **A Festa do Maior São João do Mundo: Dimensões Culturais da Festa Junina na Cidade de Campina Grande.** 2010. 317 f. Tese (Doutorado)- Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Cultura e Sociedade, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PIMENTEL, João Vianey Fernandes; GUERRA, Hugo Orlando Carvalho. **Semiárido, caatinga e legislação ambiental.** V.8, n.14, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/article/view/4372/4684> Acesso em: 20. Abril. 2019.

PNLD 2017. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para Programa Nacional do Livro Didático.** Disponível em:

[file:///C:/Users/Eridan/Downloads/pnld\\_2017\\_edital\\_consolidado\\_10062015%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Eridan/Downloads/pnld_2017_edital_consolidado_10062015%20(1).pdf) Acesso em: 03 de Março de 2019.

SANTOS, Maria Eduarda Vaz Moniz. **A cidadania na voz dos manuais escolares**. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

SILVA, Carlos Augusto G. Cavalcante da. **A diversidade cultural do Nordeste brasileiro nos livros didáticos de Geografia do ensino médio**. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós - Graduação em Educação- CEDU, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

SILVA, Cássia M. P. Peixoto da. **Paisagem Sertaneja: Apreendendo Imagens do Semiárido Nordestino à Luz das Suas Representações**. 2014. 88 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, Jeane Medeiros. **A constituição dos sentidos políticos em livros didáticos de geografia na ótica da análise do discurso**. 2006. 275f. Dissertação (Mestrado em geografia). Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2006.

SILVA, Maria Ediney Ferreira da. **O Nordeste nos livros didáticos de Geografia de 1905-1950**. 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, P. C. G. da; MOURA, M. S. B. de; KIILL, L. H. P.; BRITO, L. T. de L.; PEREIRA, L. A.; SA, I. B.; CORREIA, R. C.; TEIXEIRA, A. H. de C.; CUNHA, T. J. F.; GUIMARÃES FILHO, C. **Caracterização do semiárido brasileiro: Fatores naturais e humanos**. Embrapa Semiárido: 2010. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/861906/caracterizacao-do-semiarido-brasileiro-fatores-naturais-e-humanos> Acesso em: 25. 04. 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A avaliação dos livros didáticos no Brasil – Por quê?** In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Livros didáticos de História e Geografia: avaliação e pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

SOUZA, Rafael Policeno de. **O Golpe e a Ditadura Militar de 1964: Uma análise a partir de livros didáticos do PNLD (2015-2017)**. 2017. 121 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SUDENE. **Delimitação do semiárido**. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>. Acesso em: 15. Abril. 2019.

TORREZANI, Neiva Camargo. **Vontade de saber geografia**. 7º ano. 2. Ed. São Paulo: FTD, 2015.

TRAVASSOS, Ibrahim Soares; SOUZA, Bartolomeu Israel de; SILVA, Anieres Barbosa da. Secas, Desertificação e Políticas Públicas no Semiárido Nordestino. Revista **OKARA: Geografia em debate**. João Pessoa, v.7, n.1, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Eridan/Downloads/10741-27205-1-PB.pdf> Acesso em: 24. Abril. 2019.